



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

A comunidade de matriz africana Ylê Axé de Yansã como exemplo de resiliência em meio à busca pela segurança e soberania alimentar

FERNANDES, Emmanuélly Maria de Souza¹

MOTTA, Élvio Aparecido²

SEBASTIANI, Renata³

GT 09: Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.

RESUMO

Os dados revelam que no Brasil de hoje 33,1 milhões de pessoas não tem o que comer, isto é, estão a mercê da fome, convivendo com algum nível de insegurança alimentar e nutricional. Para avançarmos na direção oposta, rumo a prosperidade, é preciso observar exemplos de sucesso na interação com o meio ambiente, como é o caso das comunidades tradicionais de matriz africana. Para esse povo, a natureza é sagrada, trata-se da própria manifestação de seus antepassados, sendo assim, sua tradição envolve o contínuo conservar do meio natural. Fica evidente que os sistemas alimentares desenvolvidos por esses grupos visam alimentar o corpo com dignidade, bem como promover a manutenção de seus costumes.

Palavras-chave: Povos de terreiro; Conhecimento tradicional; Agroecologia

¹ IUniversidade Federal de São Carlos, emmanuely.fernandes@estudante.ufscar.br

² Escritório Estadual de Desenvolvimento Agrário de São Paulo, elvio@fetraf.org.br

³ Universidade Federal de São Carlos, sebastiani@ufscar.br

INTRODUÇÃO

A volta do Brasil ao mapa da fome em 2021, demonstra a urgência da elaboração de medidas, estratégias que resgatem os 59% da população brasileira que convive com algum nível de insegurança alimentar e nutricional. O agravamento das vulnerabilidades sociais é resultado da tomada de más decisões que potencializaram as desigualdades presentes na sociedade brasileira (SOARES; SANTOS; FERREIRA, 2022). A fome é uma das formas de expressão das desigualdades sociais relacionadas aos fatores como gênero e classe social, tratando-se de uma violência contra o ser humano e violação ao seu direito à vida e alimentação dignos (AMORIM; RIBEIRO; BANDONI, 2020; SOARES; SANTOS; FERREIRA, 2022).

Criado para garantir o direito à alimentação, o artigo 2º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 11.346/2006, afirma que

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. § 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais (BRASIL, 2006).

Este direito é reconhecido pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP), onde consta que, além da garantia de produzir alimentos, a comunidade rural também deve ter acesso à boa alimentação e nutrição adequadas, de forma que possam usufruir do mais alto grau de desenvolvimento físico, emocional e intelectual (ONU, 2018).

Muitos povos e comunidades tradicionais têm sistemas produtivos menos danosos aos ecossistemas naturais, uma vez que a relação destes grupos com a natureza é íntima. Habitando esse território por muitas gerações, o que influencia sua cultura, língua, sistemas

alimentares, crenças espirituais e conhecimento ecológico, bem como seu modo de manejar suas paisagens (FAO, 2021).

Segundo decreto nº 6040 de 7 fevereiro de 2007, compreende-se como povos e comunidades tradicionais, grupos culturalmente diferenciados, regidos por seus próprios costumes que se organizam socialmente de forma a ocupar e utilizar seus territórios e recursos naturais como quesito para reprodução e manutenção de suas tradições.

Nesse contexto, tem-se as comunidades tradicionais de matriz africana, enfaticamente preservacionistas. Para este povo a natureza é sagrada e simboliza a força de suas divindades, os Orixás. Por consequência, dependem da natureza limpa, íntegra e bem cuidada (BORBA, 2018; BRASIL, 2013; ZANETTE, 2020).

Para os povos de matriz africana comer é ritual, reconexão, partilha e resistência; trata-se de um processo que envolve as ervas, os grãos, as colheitas, os animais e todos os ciclos naturais que devolvem a comida para a terra. Nesse contexto, quando se fala de alimentação refere-se à mobilização de esforços naturais, físicos e ancestrais que garantam a vida coletiva e individual (EGGER; CANCIAN, 2022). É preciso garantir a segurança alimentar:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

As comunidades tradicionais de matriz africana valorizam a diversidade de culturas cultivadas, mantidas por complexos sistemas de conhecimento tradicional, ajudando a garantir a segurança alimentar. Esses sistemas agrícolas diversificados apresentam um bom rendimento quando comparado às monoculturas, porque a variedade de espécies reduz a perda pela incidência de pragas e doenças e, além disso, uma vez que estas plantas ocupam diferentes estratos no solo, utilizarão de forma mais eficiente os recursos disponíveis de água, luz e nutrientes (ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012). Desse modo,

reconhecendo a comunidade Ylê Axé de Yansã, localizada no Assentamento Araras III, no município de Araras (São Paulo), como um exemplo de resiliência, objetiva-se compartilhar esta experiência, a fim de fomentar a discussão sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

A COMUNIDADE YLÊ AXÉ DE YANSÃ

A comunidade Ylê Axé de Yansã tem como sede o Sítio Quilombo Anastácia, localizado no município de Araras. Trata-se de um lote oriundo de reforma agrária conquistado em 1995, com cerca de 6,5 hectares. O Ylê constituiu uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e atualmente foi reconhecido pelo Ministério da Cultura, através da Secretaria da Diversidade Cultural como Ponto de Cultura (lei federal nº13.018/2014) no Programa Cultura Viva do Estado de São Paulo. Nessa comunidade o manejo da terra é baseado na manutenção de sua religiosidade, saúde e alimentação, por meio da agricultura familiar (FERNANDES et al., 2020).

Nas áreas de plantio (Figura 1) trabalha-se com o policultivo, com a combinação de diversas espécies, dentre elas mandioca, milho, açafrão e gengibre. O Ylê conta também com sistemas agroflorestais onde se consorcia feijão guandu e banana. Outro sistema importante para a comunidade é o quintal que fica no entorno da casa ocupado por uma ampla variedade de plantas, tais como jaca, goiaba, genipapo, limão, pitanga, banana e jaboticaba, espécies de importância religiosa e alimentícia. O excedente é separado e comercializado em feiras livres organizadas pelo município ou pelos próprios agricultores do

assentamento (FERNANDES, 2023, submetido a publicação).



Figura 1. Area de cultivo de espécies agrícolas em fase inicial. Fonte: Os autores.

A agrobiodiversidade dos agroecossistemas tradicionais é notável. Quando se fala de agroecossistemas refere-se a um sistema de produção agrícola, que guarda algumas características semelhantes ao ecossistemas naturais, cuja complexidade também envolve aspectos que se relacionam à esfera social (GLIESSMAN, 2005). O quintal do Ylê (Figura 2) é espaço de convivência dos diversos saberes e fazeres reunidos neste espaço, historicamente local onde se realizou a domesticação de espécies, continua tendo uma gama de funções dentro da comunidade, social, cultural material e ambiental. Além disso, sua produção contribui com autonomia familiar e segurança alimentar (PEREIRA et al., 2017).

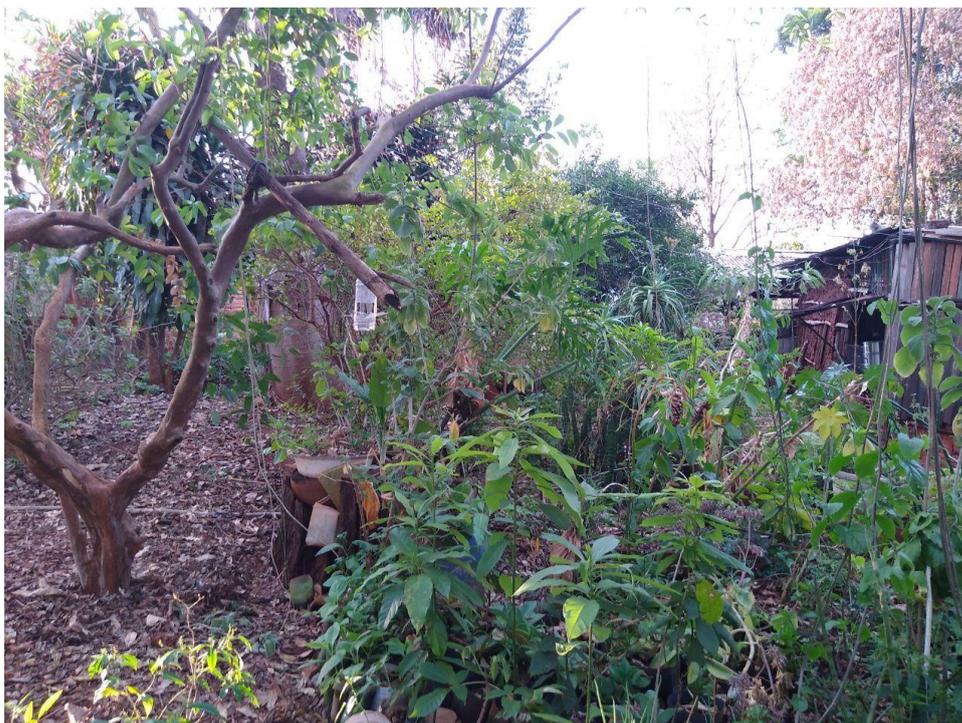


Figura 2. Quintal extremamente biodiverso localizado ao redor da residência da comunidade Ylê Axé de Yansã. Fonte: Os autores.

Para a comunidade Ylê Axé de Yansã é importante produzir a própria comida, livre dos agrotóxicos utilizados na agricultura e na pecuária convencionais. Os sistemas alimentares das comunidades de matriz africana são compostos por conexões simbólicas, culturais e alimentares; o alimento é fonte de axé, de energia que nutre o corpo físico e o espírito (EGGER; CANCIAN, 2022).

Cotidianamente, todos na comunidade se preocupam com a qualidade desse alimento, havendo portanto atenção à sua obtenção, desde o armazenamento e seleção das próprias sementes, o cuidados durante o plantio, colheita até o modo posterior de preparo. A comida está relacionada com o estabelecimento de uma identidade social, pois carrega consigo seus significados e saberes tradicionais (SARGES, 2017). Na matriz africana os saberes ancestrais são passados oralmente, de geração em geração; quando o que se comunica persiste ao longo do tempo, pode-se dizer que esse conhecimento passa a ser uma força operante que guia comportamentos e ações (LOPES; SIMAS, 2020).

A própria adoção de práticas agroecológicas (uso de sementes locais + adubos verdes + plantio direto), como acontece no Sítio Quilombo Anastácia é uma maneira de valorizar e

resgatar as práticas tradicionais (SAMPSON et al., 2021). Em um estudo realizado em 2008-2009, anos de extremos climáticos - aliás, fenômenos que estão se apresentando de maneira mais intensa nos dias atuais - comparou-se a produção de sistemas convencionais de milho com sistemas agroecológicos, por conta da severa estiagem do período observado, os produtores de milho convencional tiveram uma perda média de 50% da produtividade. E confirmando a resiliência dos sistemas de produção os quais foram incorporadas práticas agroecológicas, esses produtores tiveram perdas menores em torno de 20% (ALMEIDA et al., 2009, p. 29, apud ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012, p. 8)..

Diferente do que afirmam alguns críticos, a agricultura familiar de base agroecológica entrega uma produção relevante de alimentos diversificados e de qualidade (ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012). Neste ponto, quando se acrescenta a perspectiva das comunidades de matriz africana, a qualidade do alimento envolve também distanciar-se das influências do sistema hegemônico que impõem o acesso aos alimentos ultraprocessados como forma única de se alimentar (EGGER; CANCIAN, 2022). Esses alimentos produzidos pela agroindústria são desprovidos de valor simbólico, não têm axé, logo, por conta dessa natureza despersonalizada, o que antes era comida, trata-se apenas de um objeto que de modo algum poderia ser ofertado nos ritos aos seus Orixás (Figura 3) (CARVALHO; ALBERTO; PEREIRA, 2016).



Figura 3. Pratos preparados em oferenda aos Orixás. Longe da homogeneidade, aqui vê-se diversos alimentos que movimentam o axé, isto é, que nutrem o corpo e os espaços. Fonte: Ylê Axé de Yansã.

Segundo a matriz vocabular *ioruba*, vida, território ou mundo compreendem o mesmo termo "*aiyê*", sendo assim, para pensar em alimentação, também se fala de territorialidade, de uma relação que para esse povo negro, vai além de enxergar a terra apenas como provedora de recursos (EGGER; CANCIAN, 2022). Na cosmovisão africana, a natureza e o indivíduo são indissociáveis, tendo em vista que este é parte integrante da natureza. Logo, o pensar, o ser e o sentir não podem ser fragmentos porque esta separação proporciona o esvaziamento do ser, conseqüentemente desorientando corpo e mente (DIAS, 2021).

Portanto, para produzir esse alimento de qualidade, é preciso de acesso à terra, visando tanto o suprimento de demandas, como a proteção da biodiversidade. Para tanto, considerar o conhecimento tradicional juntamente com as ciências modernas é uma forma de alcançar o desenvolvimento efetivamente sustentável (KUMAR et al., 2021). Afinal, as preocupações que hoje integram as agendas internacionais, quanto ao bem-estar das

sociedades, eliminação da fome, sendo esses alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes são temas discutidos dentro das comunidades há muito tempo, antiga é a busca do povo de matriz africana pela segurança alimentar, para que se tenha saúde e se desenvolva estratégias para lidar com a fome (KUMAR et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, comer, para as comunidades de matriz africana, é também vivenciar sua ancestralidade, lutar pela própria existência em meio à uma sociedade que traz vivo e operante o legado colonial e que muitas das vezes impõe um tipo de alimentação que não respeita suas tradições e costumes. Nesse contexto, a Agroecologia faz-se como uma resposta viável na busca por uma produção regular, que tem como premissa o respeito aos conhecimentos tradicionais milenares, que também respeitam e conservam a natureza. Sendo assim, a comunidade Ylê Axé de Yansã é um exemplo palpável que nos aproxima não só de um modelo de produção, mas de uma forma de viver que demonstra ser possível coexistir com a natureza.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A.; FUNES-MONZOTE, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: contributions to food sovereignty. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 32, p. 1–13, 2012.

AMORIM, A. L. B. DE; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Rev. adm. pública (Online)**, v. 54, n. 4, p. 1134–1145, 2020.

BORBA, D. M.; JÚNIOR, J. F. C. M.; MACHADO, G. **Florestas: espaço sagrado das religiões de matriz africana**. Anais do Encontro Estadual de História. Anais...Joinville - SC: 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Alimento: Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros**. Brasília, 2013, 200 p.

BRASIL. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 8 de setembro de 2021.

CARVALHO, R. R. S.; ALBERTO, N. S. M. C.; PEREIRA, T. G. **Insegurança alimentar em povos de terreiro**. *ABCS Health Science*, v. 39, n. 1, p. 4-11, 2014.

DIAS, G. S. Contra Colonização de Conceitos Geográficos. **KWANISSA - Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, n. 10, p. 50-62, 2021.

EGGER, D. S.; CANCIAN, V. S. **Caderno de experiências de pesquisa em saúde e povos tradicionais de matriz africana: para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022, 69p.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA; FILAC - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Forest governance by indigenous and tribal peoples. An opportunity for climate action in Latin America and the Caribbean**. Santiago: FAO, 2021. 170 p.

FERNANDES, E. M. S.; MOTTA, E. A.; SAIS, A. C.; OLIVEIRA, R. E.; SEBASTIANI, R. Religious and cultural uses of plants promoting agroecological transitions in rural settlements in Brazil. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 2, n. 1, p. 1–14, 2020.

FERNANDES, E. M. S.; SEBASTIANI, R.; OLIVEIRA, R. E.; SAIS, A. C. **Avaliação da capacidade de um agroecossistema gerido por comunidade de matriz africana no fornecimento de serviços ecossistêmicos**. 2023. No prelo.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Minas Gerais: Editora UFRGS, 2005.

KUMAR, A.; KUMAR, S; Komal; Ramchiary, N.; SINGH, P. Role of Traditional Ethnobotanical Knowledge and Indigenous Communities in Achieving Sustainable Development Goals. **Sustainability**, v. 13, n. 06, 2021.

PEREIRA, L. S. SOLDATI, G. T.. DUQUE-BRASIL, R; COELHO, F. M. G.; SCHAEFER, C. E. G. R. Agrobiodiversidade em quintais como estratégia para soberania alimentar no semiárido norte mineiro. **Ethnoscintia**, v. 2, n.1, 2017.

ONU – UNITED NATIONS ORGANIZATION. **United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas: resolution / adopted by the Human Rights Council on 28 September 2018.** Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1650694#record-files-collapse-header>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

SAMPSON, D.; CELY-SANTOS, M.; GEMMILL-HERREN, B.; BABIN, N.; BERNHART, A.; KERR, R. B.; BLESCH, J.; BOWNESS, E.; FELDMAN, M.; GONÇALVES, A. L.; JAMES, D.; KERSSSEN, T.; KLASSEN, S.; WEZE, A.; WITTMAN, H. Food Sovereignty and Rights-Based Approaches Strengthen Food Security and Nutrition Across the Globe: A Systematic Review. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, 2021.

SARGES, M. F. **Cultura e Segurança Alimentar dos Povos de Terreiro - Um Estudo com a comunidade Ilê Asé Ojú Ogun Funmilaiyó.** 2017. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar), Universidad Federal de la Integración Latinoamericana Universidad, 2017.

SOARES, S. S. G.; SANTOS, C. M. L.; FERREIRA, S. M. S. P. O Retorno do Brasil ao Mapa da Fome. In: PIMENTEL, B. N. **Saúde coletiva: uma construção teórico-prática permanente 2.** Paraná: Atena Editora, 2022, p. 64-74.

ZANETTE, P. H. O. **Contribuições da Cultura de Matriz Africana para a Conservação da Biodiversidade – A Experiência do Ilê Omo Aiyê, Comunidade de Candomblé de São Luiz do Paraitinga/ SP.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.